



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 004, DE 22 DE MARÇO DE 2024.

PROTOCOLO Data: ZZ 1 03 124

Hora: (3)

Servidor:

FEVOGA OS INCISOS I E II E O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 10, E DÁ NOVA REDAÇÃO AO §1º DO ARTIGO 53 E AO §4º DO ARTIGO 69, TODOS DA LEI MUNICIPAL N. 6.540, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, propõe à Câmara dos Vereadores o seguinte projeto de lei:

Art. 1°. Ficam revogados os incisos I e II, e parágrafo 1º do artigo 10, da Lei Complementar n. 6.540, de 18 de setembro de 2023, passando a vigorar a nova redação ao artigo:

Art. 10. Os aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal do Município de Capanema, de suas entidades da administração indireta e da Câmara Municipal do Município de Capanema, contribuirão com a mesma alíquota prevista para os servidores em atividade, incidente sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o salário máximo de contribuição do RGPS.

l Servidores aposentados dos Poderes Executivo, incluídos os das Autarquias e das Fundações, e Legislativo, contribuirão com a mesma alíquota prevista para os servidores em atividade do valor do benefício que exceder ao valor nominal de 01 (um) salário-mínimo fixado pela União, enquanto perdurar a situação de déficit atuarial do RPPS do município de Capanema, devidamente comprovada, conforme legislação em vigor, (revogado)

K.

per

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
Francisco de creva a reitas Neto
PREFEITO MUNICIPAL



F1.002

e Legislativo, contribuirão com a mesma alíquota provista para os servidores em atividade do valor do benefício que exceder ao valor nominal de 01 (um) salário-mínimo fixado pela União, enquanto perdurar a situação de déficit atuarial do RPPS do município de Capanema, devidamente comprovada, conforme legislação em vigor. (revogado)

§1°. A alíquota de contribuição previdenciária dos inativos de que trata este artigo, será sempre igual a estabelecida para os servideres em atividade.(revogado)

Parágrafo Único. A contribuição previdenciária incidirá sobre a gratificação natalina dos segurados inativos e pensionistas, observado o disposto no caput deste artigo, incisos e em seus parágrafos.

Art. 2°. O parágrafo 1º do artigo 53 d Lei Complementar n. 6.540, de 18 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53. (...)

§1°. O valor dos proventos de aposentadoria corresponderá a 62% (sessenta e dois por cento) da média aritmética definida na forma do caput deste artigo, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nas aposentadorias previstas nos arts. 42, 43, 44 e 45 desta Lei Complementar.

Art. 3°. O parágrafo 4° do artigo 69 da Lei Complementar n. 6.540 de 18 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69. (...)

§4°. O valor da aposentadoria por incapacidade permanente corresponde a 62% (sessenta e dois por cento) da média aritmética simples das remunerações

Xw RK

Merry





adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, para o servidor público nao contemplado no inciso I do § 2°;

Art. 4º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPANEMA, ESTADO DO PARÁ, 22 DE MARÇO DE 2024

Prefeito Municipal de Capanema

H

CK.







EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS VEREADORAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
DE CAPANEMA
PROTOCOLO

JUSTIFICATIVA

Data: 22103124

Hora: /3: 55

O Projeto de Lei Complementar Municipal que dispõe sobre as alterações pertinentes e consolidação do Regime Próprio da Previdência do Município, tem como escopo a adequação da Lei Municipal do RPPS aos ditames legais contidos na Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Reforma Previdenciária) e alteração da redação de apenas 3 (três) artigos da Lei Municipal n. 6.540 de 18 de setembro de 2023.

Os incisos I e II do artigo 10 da referida norma determinam a aplicação de forma idêntica das alíquotas de contribuição previdenciária dos segurados ativos aos segurados inativos (aposentados e pensionistas), independente da remuneração percebida, que de certa forma prejudica aqueles ex servidores ou pensionistas quanto às suas remunerações quando aplicados índices percentuais de 14% (quatorze por cento) sobre a remuneração recebida por estes.

É forçoso ressaltar que tais descontos, quando realizados de forma indistinta, ou seja, sobre qualquer remuneração acima de 1 (um) salário mínimo, ainda que com objetivo de buscar a equação atuarial do Instituto a fim de resguardar o seu equilíbrio financeiro ao longo do tempo, prejudica os servidores aposentados e pensionistas que ao longo de sua jornada não tem condições de serem beneficiados com as gratificações, premiações e outros benesses instituídas por lei aos servidores ativos municipais do quadro efetivo.

Além do mais, o Município de Capanema está prestas a promover um novo concurso público não só para dar continuidade ao excelente trabalho realizado ao longo dos últimos 8 (oito) anos, como também para reduzir a folha de servidores temporários, contribuintes do RGPS, para que passemos a incorporar novos servidores efetivos contribuintes do RPPS Municipal, o que certamente influenciará nos próximos estudos atuariais do Instituto.

Como é de conhecimento de todos, nunca nenhum gestor sob o apoio dessa Casa Legislativa aodotou providências tão relevantes para a sobrevivência presente e futura do IPMC, desde aportes complementares mensais para equilibrio financeiro do IPMC, aumento de alíquota de contribuição patronal e

D. Och -

w





realização de concurso público para provimento de cargos efetivos em número superior a 700 (setecentos).

Por isso, a fim de reconhecer o esforço e sacrifício daqueles que já contribuíram para o Município e o próprio Instituto, nada é mais justo e válido a reconhecer que as alíquotas atualmente praticadas estão prejudicando a remuneração dos aposentados e pensionistas do Município.

No que tange aos outros dois artigos alterados da Lei Municipal n. 6.540/2023, são alterações de cunho materiais cujo redação já deveria constar desde a aprovação da referida norma.

A aplicação ao RPPS das mesmas regras de benefícios dos servidores federais previstas na EC n. 103 de 2019, é fundamental para busca do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS do nosso Município e depende, claro, da submissão para apreciação e aprovação desta r. Câmara Municipal.

Portanto, solicito desta r. Casa Legislativa que o referido Projeto seja submetido à vossas apreciações em caráter URGENTE URGENTÍSSIMO!

١ ١

No mais, renovo os votos de estima e consideração por Vossas

Excelências.

Capanema, Estado do Pará, 22 de março de 2024.

FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL DE CAPANEMA

M.

